



2º SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES

Brasília, 7 a 9 de maio/2014

Marcham por quem? A Marcha das Vadias e suas relações com as mulheres negras

Camila Carolina Hildebrand Galetti ¹

Iniciada em 3 de abril de 2011, na cidade de Toronto, Canadá, como resposta coletiva a um policial que afirmou que mulheres que se vestem como vadias são responsáveis pela própria vitimização em ataques sexuais (KWAN, 2011), hoje ela já atingiu muitos países. Um dos objetivos da Marcha é adotar o conceito de “vadia” para se opor ao estereótipo de culpa que recai sobre mulheres agredidas em função da exposição do seu corpo ou da sua sexualidade, defendendo o direito de autonomia pelos seus corpos. Dessa forma, a conceituação tradicional e negativa de vadia é desconstruída, mostrando não passar de uma estratégia moralmente controladora que impera sobre os corpos, as vidas e as escolhas de cada mulher, causando maior dualidade entre homens e mulheres.

No Brasil, a primeira edição realizada da Marcha aconteceu em São Paulo, dia 4 de junho de 2011 e contou com 300 participantes, segundo estimativa da Polícia Militar, das cerca de seis mil que confirmaram presença por meio de uma rede social. Em Brasília mais de 800 participantes estiveram presentes, de um total não conhecido de pessoas predispostas a participar (MAZENOTTI, 2011). Em 2012 o número de cidades brasileiras que aderiram ao movimento aumentou, não apenas nas capitais dos estados, mas também alcançando cidades interioranas. A Marcha das Vadias representa um novo arranjo para os movimentos feministas brasileiros, pois essas jovens que constroem a marcha entram com outras cores, outros sons e outros artefatos, teatralizando e

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Sociologia (UNB). E-mail: camilagaletti@hotmail.com

utilizando de seus corpos para contestar moralismo e a forma na qual as mulheres são vistas e tratadas na sociedade. Essas militantes feministas marcham por diversos motivos, como por uma maior efetividade das políticas públicas voltada para as mulheres, pelo direito ao aborto, por autonomia pelos seus corpos, por um Estado de fato laico e igualitário para os sexos, pelo fim da violência contra as mulheres; e suas principais ferramentas são as redes sociais, *blogs*, o qual as politizam, trazem novas militantes e articulam as atividades de construção relacionadas à marcha.

Será que todas as mulheres se sentem contempladas por esse movimento? Quando se coloca as lutas do movimento feminista de forma clássica, trata-se da concepção universalista de mulher: branca, heterossexual, ocidental, cristã, onde as mulheres negras relatam não se sentirem contempladas totalmente, elas não estão inseridas no padrão de feminismo desse movimento, suas reivindicações vão para além das reivindicações do movimento, pois uma mulher negra sofre dupla opressão: por ser mulher e por ser negra, logo a sua luta por uma igualdade de gênero torna-se mais penosa. A cor é elemento fundamental para esse debate, pois trás consigo um agravante às dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras – a discriminação racial.

O gênero é uma categoria decisiva na organização hierárquica da sociedade, baseada em uma naturalização da incapacidade feminina para a razão e a vida pública, sendo determinante das concepções de igualdade e liberdade. A categoria gênero deve ser redefinida e reestruturada em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclui não somente o sexo, mas também a classe e a raça. Dentro dessa hierarquia na qual a sociedade está organizada e que o sistema neoliberal se apropriou, a opressão na qual a mulher negra está inserida se torna ainda mais candente do que as enfrentadas pelas mulheres brancas, pois percebemos que nessa hierarquia há uma pirâmide na qual a mulher negra está abaixo do homem branco, da mulher branca e do homem negro. A mulher negra está sujeita as piores condições de vida, de trabalho, desde a escravidão a mulher negra é vista como objeto sexual, reprodutora, empregada, ou seja, ocupando uma posição de subalterna na sociedade.

Gilberto Freyre (2003) em “Casa-grande e senzala” menciona que o grosso das crenças e práticas da magia sexual que se desenvolveram no Brasil foram coloridas, pelo intenso misticismo do negro; algumas trazidas por ele da África, outras africanas apenas na técnica, servindo-se de bichos e ervas indígenas [...] A negra ou a mulata

eram vítimas de práticas sexuais sádicas e eram vistas como objetos sexuais, imorais, “quentes”, sendo obrigadas a terem relações sexuais com senhores de engenhos, com os filhos dos senhores e muitas vezes eram mutiladas, mal tratadas pelas esposas dos senhores de engenhos pelo fato de terem relações sexuais com eles. Esse conjunto de ideias ainda permanece na sociedade brasileira, e pode apontar as dificuldades das mulheres negras em conseguir trabalho, respeito nas relações, ascender social e economicamente e assumir-se como uma pessoa negra.

No Brasil, com o Golpe Militar de 1964 os movimentos sociais foram desmobilizados e ficaram proibidas manifestações de qualquer espécie. Com abertura política, em 1978, foi criado o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU), organizando diversos protestos pelo país, com repercussões na mídia. Porém, já em 1930 havia reivindicações por igualdade racial no Brasil, um exemplo era A Frente Negra e diversos jornais que constituíram uma imprensa negra.

Com a reconstrução do movimento negro, o movimento feminista e outros movimentos sociais emergiram com força no Brasil. As mulheres negras passaram a se organizar e estabeleceram seu espaço de luta, com as pautas que contemplassem todos os seus anseios e denunciassem a situação de opressão na qual estavam inseridas. Nesse processo de edificar um movimento de mulheres negras, as intelectuais Lélia González e Beatriz Nascimento tiveram papel singular nessa luta, que ficou conhecido como “enegrecimento do feminismo”.

Segundo a intelectual negra, Sueli Carneiro – precursora do movimento de mulheres negras:

Esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra [...] ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres [...] e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro.

O movimento feminista brasileiro, de forma geral só teve a ganhar com esse ‘enegrecimento do feminismo’, pois com a unificação de pautas de todas as feministas, brancas, negras, heterossexuais, homossexuais e etc, o movimento feminista ganha forma e se torna mais abrangente, mais mulheres se sentem representadas e a luta vai para além do machismo, patriarcado, ela se estende para as questões raciais e tenta quebrar estigmas nos quais as mulheres negras desde a colonização do Brasil estão inseridas. Não podemos deixar de reconhecer as lutas travadas por diversas mulheres negras na historiografia brasileira, na luta por espaços na política, na sociedade de forma geral, sem dúvidas sem essas lutas e as vitórias alcançadas, a nossa sociedade estaria mais atrasada do que está.

Perante tais questões levantadas a cima, a Marcha das Vadias como um movimento que tem se legitimado no Brasil, que tem dado abertura para que muitas jovens militantes se organizem através de coletivos feministas, porém o movimento precisa ampliar suas pautas, buscar contemplar as reivindicações de todas as mulheres, sejam elas brancas, negras, heterossexuais, homossexuais. Para não correr o risco de ser um grupo excludente e/ou autoritário ao olhar para a realidade sob apenas um ponto de vista. Ao ampliar a pauta o movimento feminista reconhece a “existência” da diversidade do que é ser mulher em um país que trata de modo bastante desigual aquelas que estão fora do “padrão”, ampliar a pautas significa reconhecer o racismo e que as mulheres brancas apesar de oprimidas possuem privilégios negados cotidianamente às mulheres negras.

Referências:

BEAVOUIR, Simone de. O segundo sexo, volume II. Editora Difusão europeia do livro. 1967.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”, em Racismos Contemporâneos, Organização Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania, Rio de Janeiro, Takano, 2004. p.49-58.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala. 48ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2003.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo ignorado. In: A nova história das mulheres, org: PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana Maria. 2012.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo, editora Contexto. 2007.

PLANT, Sandie. Mulher digital: o feminino e as novas tecnologias. Rio de Janeiro, Record, Rosa dos tempos. 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise. Revista Educação & Realidade, vol.15, n.2. 1990.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismos: Teorias e perspectivas. Revista Textos de história da pós-graduação em História da UnB, vol.8, números 1-2. 2000.